

Título: A consequência da adoção do Musterverfahren no Brasil em relação à tutela coletiva

Autor(es) Caroline Gaudio Rezende*

E-mail para contato: carolgaudio_r@yahoo.com.br

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Demandas Repetitivas; Novo Código de Processo Civil; Musterverfahren; Crise do Poder Judiciário; Acesso à Ju

RESUMO

As demandas repetidas são uma realidade contemporânea de todo mundo que refletem a sociedade de massa. Havendo a lesão ou ameaça ao direito material a pulverização das ações desta natureza causam graves problemas ao Judiciário, tendo em vista a quantidade de demandas levadas a apreciação e a possibilidade iminente de decisões disparez relacionadas a mesma questão (de direito ou de fato) levada ao Estado-Juiz, que respectivamente, causam um inchaço a estrutura judicial e a falta de segurança jurídica e isonomia, sendo estes princípios pilares da formação do Estado de Direito. Insurge, assim, no direito comparado, em especial na Europa, um novo meio de solução destas demandas a fim de julgá-las de acordo com as suas peculiaridades e não sob as normas de processo civil individual e patrimonial, a partir da formação do processo modelo a qual constitui um processo coletivo momentâneo de caráter incidental para o julgamento destas demandas "pseudo individuais". Logo, resgata o conceito sobre o princípio do Acesso à Justiça sob o viés do Judiciário estar apto a solucionar as demandas de acordo com as suas especificidades. No Brasil, a aplicação das regras processuais ordinárias as demandas desta natureza é apontada como uma das causas do fenômeno denominado "Crise do Poder Judiciário" e que, conseqüentemente, impede que seja oportunizado o efetivo Acesso à Justiça ao cidadão, não se limitando a uma previsão legal e sua organização no Estado. Desta feita, a fim de promover o Acesso à Justiça material verifica-se que nos últimos anos houveram inúmeras reformas na legislação vigente para adequar o Judiciário as novas demandas sociais. Como as mesmas se mostraram infrutíferas surge, assim, o Projeto de Lei 8046/10 que trata do Novo Código de Processo Civil, atualmente em andamento na Câmara dos Deputados. Dentre as inovações propostas há um novo mecanismo denominado de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas para solução das demandas individuais de massa que se encontram pulverizadas, sob a inspiração do instituto do Musterverfahren em vigência no ordenamento alemão. Considerando a forma de processamento do novel instituto em que se forma um processo coletivo momentâneo, devido a concentração das causas em um processo para julgamento, iniciam o debate de como ficarão as demandas coletivas típicas, protegidas pela tutela coletiva. Assim, o presente trabalho analisará se este novo mecanismo de julgamento coletivo leva a extinção o sistema do microssistema da tutela coletiva ou se funcionará como um meio de complementação a este, tendo em vista os problemas de exercício que existem neste microssistema.